



CRIANDO ABERTURAS EM REGIME FECHADO: PERCURSOS POR ENTRE O TRABALHO COMO ATIVIDADE NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i64.16055



Fernanda Spanier Amador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Veronica Dalla Costa Flores

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Resumo

A pesquisa a qual tratamos neste artigo visou a produção de questões clínicas do trabalho *com* Agentes Socioeducadores, problematizando a expansão do poder de agir em meio às tensões educar/punir/vigiar características do exercício neste campo. Amparamo-nos na Clínica da Atividade e Ergologia. Tais perspectivas afirmam que trabalhar implica em gerir a distância entre o prescrito e o real, buscando analisar como trabalhadores efetuam cotidianamente microgestões dos processos laborais mediante imprevisibilidades e os modos como experimentam o trabalho, produzindo transformações através de relações entre si e o mundo. A metodologia operou pela pesquisa-intervenção cartográfica, utilizando diários de campo, observações, análise documental, acompanhamento das situações concretas de trabalho, formação de espaços coletivos junto aos trabalhadores e Instrução ao Sósia. As análises permitiram explorar peculiaridades da dinâmica expansão-constrangimento do poder de agir no trabalho da Socioeducação, discutindo que cuidar da saúde pelo cuidado do ofício abre perspectivas para a instauração de relação éticas por entre a expansão do poder de agir no trabalho socioeducativo.

Palavras-chave: Trabalho como Atividade; Socioeducação; Poder de Agir.

Introdução

A pesquisa da qual tratamos neste artigo presenciou o brotar de seu primeiro germen a partir de inquietações no que tange às novas configurações e modos de tomar o trabalho contemporaneamente. Tais desassossegos eram os principais impulsionadores no sentido de produzir estratégias de intervenção e pesquisa, em especial, no contexto socioeducativo, campo em questão neste estudo. Este percurso de pesquisa foi possibilitando a criação de um plano problemático que resultou de potentes encontros e vozes, um problema que também acolheu muito da voz das pesquisadoras, no sentido de narrar/analisar as experimentações e minúcias relativas aos movimentos do pesquisar.

O principal propósito assumido nesta caminhada, foi a produção de questões clínicas do trabalho *com* Agentes Socioeducadores atuantes em medidas socioeducativas de internação, visando a expansão do poder de agir em meio às tensões educar/punir/vigiar que caracterizam o exercício no campo socioeducativo. Por questões clínicas do trabalho nos referimos a aspectos relativos aos modos de subjetivar e de trabalhar que são produzidos pelo curso das microgestões entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real, os quais implicam processos de saúde que se referem à dinâmica de expansão e impedimento do poder de agir no e pelo trabalho, bem como efeitos expressivos do ponto de vista à juventude assistida no âmbito da Socioeducação.

Das abordagens clínicas do trabalho existentes, operamos com a Clínica da Atividade, proposta por Yves Clot e a Ergologia, de Yves Schwartz. Tais abordagens nos permitem tomar o trabalho pela ótica da experiência, o que implica em gerir a distância entre o prescrito e o real, onde se busca compreender e analisar como os trabalhadores efetuam cotidianamente as microgestões dos processos laborais mediante imprevisibilidades e, além disso, os modos como dão sentido e experimentam o trabalho em ato, produzindo transformações através de relações entre si e com o mundo.

O conceito de Atividade refere-se a um plano que acolhe uma dimensão além do que é observado e realizado na experiência cotidiana do trabalhar. É também aquilo que implica o real do trabalho, incluindo não só o que se faz, efetivamente, mas o que não se consegue fazer, os fracassos, o que se pensa em fazer, o que se faz para não fazer, enfim, dimensões que não são, necessariamente, da ordem do observável.

A atividade afirma, sobretudo, um modo de vida, não se limitando a execução de normas, pois, viver é poder criar novas normas, processo que só é possível mediante uma gestão coletiva fabricada na experiência do próprio trabalho, que tem no horizonte a

expansão do poder de agir. Expandir a potência da ação, de acordo com Clot (2010), é um processo que possui estreita conexão com a concepção de saúde no que tange ao trabalho e está intimamente ligado a um poder de ação que se afirma em uma dimensão ética da existência, uma vez que quanto mais o poder de agir de um trabalhador e/ou trabalhadora amplia, mais o poder de ação do outro também se expande.

Diz Clot (2010) que a contribuição de uma clínica da atividade é, em primeiro lugar, metodológica, nos sugerindo que se coloque em prática um dispositivo destinado a tornar-se instrumento para a ação dos próprios coletivos de trabalho, admitindo “como duradouras somente as transformações que resultam da ação dos próprios trabalhadores” (p. 14). É por tal circunstância que propõe uma análise que se volte ao amparo dos coletivos, visando a ampliação do seu poder de agir e a criação de um meio.

De modo a explorar os elementos relacionados aos processos de saúde, sofrimento e adoecimento experimentados no exercício do trabalho como atividade os quais são relativos ao impedimento e à expansão do poder de agir no e pelo trabalho, exploramos nesta pesquisa procedimentos analíticos e metodológicos onde pesquisadora e pesquisados colocaram-se como coanalistas das situações laborais. Criar planos de análise coletiva da atividade é uma dimensão que leva em conta o acompanhamento dos movimentos, as microgestões efetuadas no cotidiano, bem como a processualidade do trabalho em sua concretude, em ato, aquele que se dá por entre normas antecedentes e renormatizações possíveis junto às peculiaridades da esfera institucional.

A partir da entrada no campo de pesquisa, delineou-se uma frente de investigação *com* trabalhadoras e trabalhadores que atuam como Agentes Socioeducadores em uma das unidades de internação que compõem a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS), situada na cidade de Porto Alegre/RS. Os principais dispositivos metodológicos utilizados foram o diário de campo, onde se encontra muito da voz das pesquisadoras e os movimentos do pesquisar, observações, análise de documentos, acompanhamento das situações concretas de trabalho, organização de espaços coletivos de discussão e Instrução ao Sósia, visando a análise da atividade no âmbito socioeducativo.

A partir de então, os próprios Agentes Socioeducadores da unidade manifestaram o desejo em organizar momentos coletivos para discussão de temas relativos à díade saúde-trabalho. Sendo assim, foi realizado um total de dez encontros, duas vezes por semana, com duração de uma hora (na última hora do turno de trabalho). Foram dois grupos distintos, havendo cinco encontros com cada grupo, tendo em média, seis

participantes a cada ocasião. Tais espaços, ao longo dos movimentos da pesquisa, estabeleceram potentes discussões e elaborações coletivas da experiência laboral *com* os trabalhadores, bem como ferramentas para gerir as imprevisibilidades que são peculiares do âmbito socioeducativo. Nos afirma Schwartz (2011) que os trabalhadores carregam em si mesmos e no coletivo todas as potencialidades da atividade, podendo, assim, exercer o poder criativo mesmo diante dos impedimentos que se colocam no real do trabalho.

A análise da produção dos modos de trabalhar na Socioeducação, por parte dos próprios trabalhadores, possibilitou evidenciar as tramas que os produzem, abrindo possibilidades de recriação dos meios para trabalhar, questões que configuram estratégias de promoção de saúde. Tal questão implica que, não basta que cuidemos apenas individualmente de cada trabalhador para que se “garanta” a saúde, é importante que se criem estratégias para que se cuide do trabalho, do *métier*, do patrimônio que se constrói coletivamente na experiência laboral. Como nos traz Clot (2013), é essencial que, acima de tudo, cuidemos do trabalho para então, cuidarmos da saúde.

Considerações sobre o Campo e o Trabalho Socioeducativo

No campo da Socioeducação em medida de internação, os trabalhadores exercem seu trabalho em um contexto que, ao mesmo tempo em que se propõe a práticas educativas, também encarcera, aprisiona. Assim, o processo de execução das medidas socioeducativas no cotidiano desses trabalhadores, especificamente, em regime de internação (fechado), se desenvolve em uma zona onde a noção de periculosidade é produzida, operando em uma fronteira que se mostra simultaneamente educativa-punitiva-vigilante, implicando, muitas vezes, em práticas protocolares, moralizantes e associadas a produção do indivíduo perigoso.

Esta herança também é oriunda de um período onde as políticas voltadas ao “menor” não se organizavam de modo a privilegiar a participação social frente aos modos de pensar e tratar a juventude, especialmente, aqueles que se encontram em conflito com a lei. Com a emergência dos movimentos sociais (em meio às durezas do período ditatorial) que auxiliaram na consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/90), efeitos outros se produziram, no sentido de afirmar o caráter público da política. A partir daí, emergiu um processo de

fortalecimento de práticas que acolham a produção do comum¹, afirmando, sobretudo, que é também na própria experiência laboral cotidiana que os trabalhadores operam a política pública (BARROS; PIMENTEL, 2012), para além das diretrizes e documentos oficiais, onde devem construir, mediante um processo coletivo e cogestivo, estratégias instituintes que visem a rachadura das durezas que se imiscuem nos mais ínfimos espaços e cenários.

Com a instituição do ECA, emergiram as políticas públicas de caráter socioeducativo. A Socioeducação, então, passou a ser regida por marcos legais que indicam determinados direcionamentos de suas ações, expressando-se por via da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado. Um dos principais documentos a se destacar é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2013; BRASIL, 2006) que visa o desenvolvimento de práticas pautadas na garantia dos direitos da criança e do adolescente e o respeito aos direitos humanos, por meio de alinhamentos entre elementos conceituais, estratégicos e operacionais estruturados em bases éticas e pedagógicas.

Entretanto, não se pode negar o fato de que, mesmo diante de algumas “viradas” e quebras paradigmáticas, alguns pontos controversos permaneceram se atualizando de outras formas na política pública socioeducativa e em suas ações cotidianas. É inegável que o Estatuto da Criança e do Adolescente simbolizou uma forte quebra nos modelos até então impostos para a categoria voltada ao “menor”, entretanto, o ECA também funcionou como um considerável dispositivo operacionalizador da cisão nas políticas envolvendo a população infanto-juvenil através da dissociação entre Medidas Protetivas e Medidas Socioeducativas (SCISLESKI, 2015). Houve uma transformação nas políticas que, anteriormente, colocavam em um mesmo espaço infratores, crianças abandonadas, carentes e órfãos. A partir daí, posicionou de um lado os considerados pelas instâncias jurídicas como “vítimas” (carentes, abandonados, expostos a situações de violência), e de outro, jovens autores de atos infracionais (estes sendo entendidos como agressores, passíveis de correção e punição).

Esta cisão, conforme nos pontua Scisleski (2015), produziu uma considerável fragmentação no que tange ao cuidado com o público infanto-juvenil, pois, socialmente, a preocupação efetiva passou a ser direcionada a quem se encontra em medida protetiva (onde são vistos como merecedores de proteção), por outro lado, o jovem em

¹ Um comum que se expressa não pela via da identidade e homogeneidade, mas na construção de um plano que valorize a composição das singularidades que venham para compor um coletivo (REVEL, 2012).

cumprimento de medida socioeducativa é culpabilizado por sua própria índole (há um processo de responsabilização individual pelo ato infracional). Tal questão foi construída e é considerada um dos grandes paradoxos do ECA, pois, se por uma via, o Estatuto resolveu a confusão socioeducativa de internação que se fazia entre abandonados, pobres e infratores, o que anteriormente era postulado pelo antigo Código de Menores, por outra, ao separá-los, criou outra dicotomia, que na prática opera de modo distinto entre os direitos daqueles que vão ser tomados como vítimas e dos considerados “perigosos”.

As considerações até aqui tecidas demonstram o cenário que se imiscui no trabalho socioeducativo e que se expressa diretamente no exercício dos trabalhadores que estão na centralidade desta pesquisa: os Agentes Socioeducadores. É fundamental pensar que, as práticas cotidianas envolvendo a política socioeducativa e a aplicação das medidas, de certa maneira, também funcionam como dispositivos de ajuste das condutas dos jovens em conflito com a lei.

Foucault em *Vigiar e Punir* (1977), problematiza os atravessamentos que compõem as instituições disciplinares, trazendo que todas carregam uma penalidade que compara, hierarquiza, homogeneiza, que visa a normalização. As técnicas corretivas fazem parte diretamente da armadura institucional dos estabelecimentos de detenção penal. A instituição atrelada ao encarceramento foi criada com o intuito de exercer um trabalho preciso sobre os corpos, de modo a tornar os indivíduos dóceis, úteis, devendo ser tomada enquanto um aparelho disciplinar exaustivo, como um “reformatório integral” (p. 228).

Ao nos determos ao SINASE (2006), é perceptível que este documento se expressa de modo a nortear as práticas dos Agentes Socioeducadores, colocando a questão da disciplina como um elemento fundamental para o sucesso pedagógico, que deve se dar por meio de um conjunto de regras e normas bem estabelecidas que viabilizem o alcance dos objetivos da medida junto aos adolescentes restritos de liberdade.

A atuação em unidades de internação, ou seja, em meio fechado, produz tramas bastante complexas na feitura cotidiana dos profissionais que trabalham “nas pontas” da política socioeducativa, pois, existem peculiaridades diante de um processo educativo e de ressocialização em um ambiente onde adolescentes que cometeram atos infracionais estão privados de liberdade.

A medida de internação, de acordo com Ponzi e Gonçalves (2014) é a mais gravosa do sistema socioeducativo. O regime fechado abre brechas para que se exerça um papel disciplinar, de controle e alta vigilância, sendo essa uma das faces da medida

restritiva de liberdade. Há, portanto, a experimentação de tensões diante de um exercício que se opera por entre a fronteira educar/punir/vigiar. Conciliar esses objetivos tem sido um campo em disputa, em que as práticas de ordem punitiva e operacionais ainda têm se sobressaído.

Em relação ao caráter educativo da Socioeducação, este tem a ver com o respeito a um processo envolvendo pessoas em condições peculiares de desenvolvimento e também com a aposta que se faz no outro. Para Craidy (2014), a figura do educador é relevante pelo fato de este ser um mediador do educando com o mundo, com os saberes e com os outros seres humanos. Entretanto, no campo da Socioeducação, o processo educativo toma ares complexos em função de, ao mesmo tempo, se entrelaçar com o cumprimento de uma pena.

As questões que se tecem a partir das reflexões colocadas se estruturam da seguinte forma: como “desamarrar” a Socioeducação dos “fantasmas do Código de Menores” que ainda se inscrevem no cotidiano da aplicação das medidas socioeducativas? Como se dá o exercício de uma ética que acontece pela expansão do poder de agir em um trabalho que envolve, simultaneamente, medidas de segurança, vigilância, cumprimento de pena e práticas educativas? Quais são as estratégias que os trabalhadores encontram para alcançar os objetivos do processo socioeducativo, que envolvem a “ressocialização” dos adolescentes em conflito com a lei?

Tais questionamentos nos levam a refletir sobre o que, efetivamente, está em questão no fazer cotidiano deste trabalho: os esforços diários dos trabalhadores para “consertar” um jovem que foi produzido por uma determinada estrutura social, que sobreviveu a ela, mas que deve ser “devolvido” à mesma sociedade que o marginalizou como um cidadão ajustado à esta conjuntura.

Desse modo, não podemos afirmar que a Socioeducação está completamente “desamarrada” de uma lógica repressiva e individualizante. Levantamos isso, pois, sim, a Socioeducação e seus trabalhadores terão que se reaver permanentemente com o limiar educar-punir-vigiar, tomando esse paradoxo como algo que “estrutura” a política. Em suma, o seu objetivo é este (educar, disciplinar, punir, vigiar), não há como não se deparar com esta fronteira no cotidiano deste trabalho. Entretanto, é necessário fazer uma torção no processo educativo, não reduzindo-o à esfera disciplinar: a efetiva aposta na educação, nesse contexto, deve seguir a lógica combativa à dimensão punitiva e vigilante que seguem se inscrevendo no campo socioeducativo.

Cartografando a Experiência de um Percorso Metodológico

Os momentos iniciais de uma pesquisa, por vezes, são marcados por incertezas que acompanham o ato do pesquisar, sobretudo, quando se aposta em experimentar, junto a quem compõe o campo, um percurso que não visa apenas a perseguição de resultados pré-definidos, que não demonstram de antemão os caminhos que a pesquisa vai tomar. Aqui, a aposta metodológica está aliada a perspectiva cartográfica derivada do pensamento de Deleuze e Guattari (1995) a qual nos permite analisar o trabalho como atividade, conforme propõem Vasconcelos e Barros (2009), uma dimensão que leva em conta o acompanhamento dos movimentos, as microgestões efetuadas cotidianamente, a processualidade do trabalho em ato. O trabalho que acontece por entre normas antecedentes e renormatizações, colocando os modos de trabalhar em análise, juntamente à esfera institucional. Frente tais perspectivas, o que se buscou no presente estudo foi a construção de ferramentas para produzir discussões e análise dos processos de trabalho na Socioeducação, coletivamente, visando a elaboração da experiência laboral *com* os trabalhadores.

Assim sendo, propusemos uma pesquisa-intervenção junto a trabalhadores que atuam como Agentes Socioeducadores em uma das unidades de internação que compõem a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS), situada na cidade de Porto Alegre/RS.

As primeiras articulações sobre a pesquisa se deram em espaços de reunião dentro das instâncias da Fundação, onde foram apresentadas minuciosamente as demandas advindas do campo no que tange à díade trabalho-saúde. Através dessas ações, se buscava, em termos de pesquisa, um processo de habitação-experimentação, uma abertura aos devires do campo, acolhendo as demandas colocadas ao mesmo tempo em que se construiria o caminho junto às trabalhadoras e trabalhadores.

Poder experimentar o processo de aproximação com o campo da pesquisa possibilitou potentes encontros, momentos que oportunizaram contatos com histórias, com os regimentos oficiais, com as políticas, com os arranjos institucionais, com as pessoas. O primeiro momento produziu tramas muito interessantes junto aos trabalhadores, pois, ao trazer para cada diálogo que a pesquisa que se estava propondo tratava da temática “trabalho”, disparava em cada pessoa uma instantânea mudança de semblante acompanhada do desejo em colocar com minuciosidade os detalhes do seu cotidiano laboral. O tema do trabalho cria aberturas. Foi, então, a partir de tais

circunstâncias que se pôde perceber algo germinando, que se pôde sentir a abertura de brechas para seguir o caminho de pesquisa naquele mesmo espaço.

Ao longo das andanças, expressões relativamente intrigantes indicavam que, “*na Socioeducação não se trabalha faz tempo*”. Inúmeras vezes proferiam que há uma dificuldade nas rotinas de trabalho dentro das unidades no sentido de sentirem-se presos à processos rotineiros e operacionais: abre cadeado, fecha cadeado, abre cela, fecha cela. Nesse seguimento, se a rotina limitada estritamente ao operacional configura um “não trabalho”, que é então trabalhar? O que se faz na Socioeducação? Tais indagações produziram uma potente abertura no que tange à questão da atividade, que abarca as diversas dimensões do trabalhar. O que se faz, o que se tenta, mas não se consegue, o que se faz para não fazer, o que se pensa em fazer, aspectos que estão, muitas vezes, além do “fazer coisas”, além do observável a olho nu. E foi a partir desse lastro que se construíram as primeiras discussões coletivas relacionadas às perspectivas que tomam o trabalho pela via da atividade, visando uma quebra paradigmática, uma composição, a criação de um meio, a instalação de um plano problemático visando a análise do trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação.

A estratégia da pesquisa implicava um exercício de habitar o espaço físico da unidade de modo a suscitar o diálogo com os e as Agentes Socioeducadores. Ecoavam pelos corredores muitas expressões nesse sentido: “*aqui é o lugar certo pra tu detectar todas as doenças desse povo*”; “*esse lugar é um ambiente que adoece*”. O anseio dos Agentes Socioeducadores parecia fortemente voltado a necessidade de eliminar o sofrimento produzido por aquele exercício tão “duro”, “perigoso”, “complexo” e, para isso, o espaço coletivo parecia interessante, como sendo uma possibilidade de “alívio das tensões”. O debate a respeito da concepção de saúde no que se refere à experiência do trabalho começou a circular entre pesquisadoras e trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação de modo a problematizar o teor higienista que se anunciava em muitas manifestações.

Procurávamos afirmar uma concepção de saúde que não reduz aquelas e aqueles que trabalham a uma posição de passividade, abrangendo, também, outros horizontes que visavam o fortalecimento do coletivo no e pelo trabalho, o patrimônio coletivo que se constrói na experiência laboral, a possibilidade de tais aspectos contribuírem para a expansão do poder de agir e a análise coletiva dos processos de trabalho, acolhendo as minúcias e “o que escapa” na experiência cotidiana.

Enfim, mesmo que tais ocasiões ocorressem informalmente, se passou a perceber que os agentes demandavam a organização de um “espaço formal” de discussão sobre trabalho e saúde. A partir daí, em meio aos possíveis, os encontros passaram a acontecer duas vezes por semana, com duração de uma hora (na última hora do turno). Eram dois grupos distintos que tiveram cinco encontros cada, tendo em média, seis participantes em cada um. A ideia giraria em torno do estabelecimento de espaços de discussão acerca de situações cotidianas do trabalho elegidas pelos trabalhadores, de modo a inseri-los em um processo de coanálise, onde é o trabalho em situação que está em análise².

O diálogo que se estabelece entre pesquisador e trabalhadores é de suma importância e é onde o primeiro se mantém atento às linguagens do ofício que não conhece (OSÓRIO-DA-SILVA, 2016), onde o intuito é os trabalhadores colocarem o ofício em palavras, é momento para discuti-lo com o outro, sem falar por ele, sem colocar palavras na sua boca. É preciso exercer o papel daquele a quem o trabalho deve ser ensinado, reprimindo a tendência de cobri-los excessivamente dos conceitos colocados por nós e para nós (SCHWARTZ, 1998). O trabalho enquanto ofício precisa ser falado, contado, revivido, para que fique o registro do que é a criação do trabalho. É fundamental, sobretudo, falar coletivamente da experiência para que não se cristalize. Assim, com esse movimento, ela se transforma, recorrentemente. A grande questão, é transformar concretamente o ato. Falar, dialogar, são elementos de suma importância nesse processo, entretanto, é preciso ultrapassar para outro plano: o da análise.

Já de partida, não foi tão simples acessar o plano da atividade. Ainda circulava uma ideia sobre o tema saúde-trabalho de modo médico centrado, “terapêutico”, onde prevalecia na discussão o sofrimento e despotencialização que acometia o cotidiano laboral. Sem dúvida, as angústias dos trabalhadores foram sempre acolhidas, acompanhadas com as tentativas de retomada ao cerne da questão, ao aspecto metodológico que se volta a análise das situações concretas do trabalho, visando o acesso às minúcias, ao plano da atividade. Afinal, focar na experiência era o aspecto essencial da pesquisa-intervenção, pois, conforme nos ressalta Clot (2006), a experiência, o ofício, carregam uma história, e sua análise transforma essa história.

Alguns pontos que se evidenciam neste exercício, pontos estes que “fazem problema na Socioeducação”, foram eleitos para análise ao longo dos espaços grupais.

² Os diálogos dos encontros foram gravados e formalizados mediante autorização da direção da unidade, chefias e dos trabalhadores através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na sequência, serão trabalhados alguns elementos que expressam as peculiaridades da atividade neste âmbito.

Construindo o vínculo em meio às tensões educar/punir/vigiar

O processo socioeducativo pressupõe, de acordo com os marcos legais do SINASE (2006; 2013), que o “sucesso pedagógico” das medidas se encontra em uma dimensão disciplinar, onde, só é possível operar o trabalho mediante a manutenção de certa ordem, o que possibilita tocar a rotina operacional sem intercorrências e se mantenha o comportamento dos socioeducandos dentro de uma “linha dócil”. Porém, em função de ser um trabalho que implica relação com adolescentes em conflito com a lei, são necessárias estratégias de aproximação com os jovens para que o mesmo se torne participante ativo do processo socioeducativo e contribua para as regras institucionais seguirem o fluxo. Os regimentos legais da política pública socioeducativa colocam insistentemente sobre a importância do estabelecimento do vínculo com os socioeducandos, expressando, assim, uma das formas de alcançar o dito “sucesso pedagógico”.

Um fator intrigante e que tomou bastante a atenção das pesquisadoras, é em relação à peculiaridade da Internação Provisória e os modos como alguns agentes a relacionaram ao estabelecimento do vínculo. Há um período específico nesta medida que é inferior em detrimento das chamadas “casas de medida”³, onde o tempo em que o adolescente cumpre a sua medida socioeducativa é mais extenso. Alguns trabalhadores levantaram esse ponto da seguinte maneira: *Algumas pessoas vão dizer que não dá pra ter vínculo com o adolescente na internação provisória. Mas eu acredito que não, a gente cria sim esse vínculo (A2⁴)*. Segue o diálogo sobre a “impossibilidade” do vínculo nesta esfera:

A7: criar vínculo é um negócio complicado pra gente. Então, nós trabalhamos mais no negócio de não ter a aproximação dos guris. Acho que aqui não dá porque é curto o tempo.

A1: mas eu não sei. Eu discordo um pouco. Eu acho que a gente consegue fazer vínculo com os guris sim.

³ Na Internação Provisória o adolescente fica o período de 45 dias, podendo dobrar o tempo, dependendo da circunstância. Já, em casa de medidas de internação, o jovem pode ficar até três anos, o que expressa um período muito maior.

⁴ Afim de preservar o anonimato dos Agentes Socioeducadores, os identificamos pela letra A (Agente), seguida do número que expressa a ordem de preenchimento dos TCLE. Para exemplificar: A1 será a sigla usada para designar o Agente nº 1 de acordo com a organização dos documentos pelas pesquisadoras.

Porém, uma trabalhadora, ao longo da discussão coletiva, resolve se opor às ideias do seu par. Ela discorda, reforçando a importância de estabelecer a aproximação com o adolescente, mesmo no curto espaço de tempo. Clot (2008) nos aponta algo fundamental e que conseguimos visualizar neste ligeiro diálogo, ele fala da discordância como uma importante fonte para o coletivo, no sentido de que a produção de um comum reforça a relevância das singularidades e não o estabelecimento da homogeneidade. Discordar dos pares é fundamental para que se questione a respeito das lógicas que sustentam o ato e, a partir disso, produzir reflexão, ampliação do raio de ação, produzir coisas outras no e pelo trabalho.

Seguindo na linha de discussão, alguns trabalhadores seguem esmiuçando as diversas nuances que abarcam a construção do vínculo entre Agentes Socioeducadores e adolescentes em cumprimento de medida:

A1: eu entendo que às vezes é muito mais fácil tu cobrar um guri sem ter vínculo do que cobrar um guri com vínculo. E às vezes é muito mais fácil tu cobrar de um guri já tendo vínculo estabelecido do que um que não, entendeu?

A4: os guris que nos trazem problema são aqueles que geralmente falta o vínculo, que ele não deixa a gente a gente se aproximar.

A2: exato, até porque quando eles vão fazer alguma coisa, a primeira coisa que acontece é a quebra do vínculo. É o olhar, a distância.

Nas últimas falas fica evidenciada a importância e, ao mesmo tempo, a complexidade do fator “vínculo” no cotidiano laboral. Esse fator pode, inclusive, se tornar uma espécie de “termômetro” e/ou “radar” para auxiliar os trabalhadores na detecção de sinais, nas direções sobre como agir. Há uma produção dicotômica de vínculo/aproximação e não-vínculo/distância. O vínculo permitiria, portanto, maior abertura com o adolescente, maior facilidade em se aproximar e também de cobrá-lo, se necessário. Já a leitura da “quebra do vínculo” significa o “distanciamento” do adolescente com as pessoas, como se o jovem conduzisse essa quebra para ter coragem de infringir as regras. A partir disso, esse distanciamento já demonstra sinais que servem para intensificar os parâmetros de vigilância:

A7: a gente já viu nele, “esse menino não tá bem hoje”. E o que que deu? Ele desceu pro pátio e ele quase matou um outro.

A1: quando acontece isso, a gente vê que ele já queria um distanciamento. De manhã ali, ou ele queria arrumar uma situação pra não descer e ter que fazer, de certo ele tinha prometido fazer, ou ele tava quebrando um vínculo pra ter coragem de fazer, né? Por que no momento que tem um vínculo com alguém fica mais difícil de tu sacanear, né? Então, a primeira coisa que eles querem é a distância.

A1: é que dá sinais. A cadeia depois de um tempo começa a dar sinais. Tem o cheiro. O silêncio é ruim. A gente sabe como o guri caminha, como o guri se porta, entendeu?

Os documentos oficiais trazem alguns direcionamentos sobre as formas de se conduzir o processo de construção de vínculos já no momento de acolhida na unidade: é fundamental que a equipe esteja atenta ao contato inicial com o socioeducando no momento do acolhimento, assumindo atitude facilitadora na devida recepção do jovem, deixando transparecer toda e qualquer regra de funcionamento da casa, tratando o adolescente pelo nome, transmitindo a ele segurança e apoio, dando abertura para os aspectos emocionais que possam se fazer presentes, não emitindo juízo de valor sobre o ato infracional cometido pelo jovem e/ou demais constrangimentos pejorativos (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

No entanto, apesar dos determinados direcionamentos, se percebe que os Agentes Socioeducadores encontram formas bastante singulares de construir a aproximação com o adolescente:

Eu acho que normalmente eu tento me aproximar indo pelo lado da família deles, perguntando a respeito da família, quem é ou de repente, sei lá, no momento de xingar um adolescente dizer, “olha, e aí, tu vai ficar isolado, e a tua família, e a tua mãe que vai subir essa lombaa”, sabe, sempre tentar pegar por esse lado da família, por esse lado emocional, assim (A5).

Nesta fala, percebemos que a agente usa como estratégia o interesse pela história familiar do socioeducando para obter aproximação, porém, quando há a necessidade de discipliná-lo, também usa das informações para que repense o comportamento fora das regras estabelecidas, produzindo um sentimento de culpabilização.

A1: eu acho que pra mim, pra se aproximar, tem que dar visibilidade, entendeu? Jogar limpo. E sobretudo no momento do ingresso, porque eu acho que o guri quando ingressa, não importa o que aconteceu, eu acho que é um momento que não é bom pra ninguém. O guri não sabe o que que tá acontecendo, não sabe daqui a pouco se vai apanhar, se não vai, se alguém vai chegar, se vai comer, se não vai, se vai ter cama. Acho que o acolhimento é tão delicado, a gente precisa ter uma atenção pra essas primeiras semanas.

A4: o que eu faço assim é, se a gente recebe o guri, nós vamos passar todas as regras, orientar como é o procedimento dentro da unidade. Existe os dois lados, existe o limite que ele não teve e nós vamos dar e também vamos auxiliá-lo na necessidade.

A8: eu coloco a questão de ser bem disciplinador, então o que é certo pra mim é certo, o errado, é errado e eu vou cobrar deles.

A1: é que homem é diferente, vocês são homens iguais a eles, então tem a coisa do mais alfa, do homem.

A4: pra nós as mulheres eles baixam mais a guarda, a partir do momento em que a gente cobra, são raros os guris nos enfrentam e vem pra cima de nós, já pra cima dos homens eles vão.

As últimas falas convocam para a discussão de gênero pela via da sexualidade. As agentes mulheres interpelam o colega homem sobre a “facilidade” em se vincular única e exclusivamente pela cobrança ríspida. De fato, a lógica institucional fomenta um contexto onde não se deve fraquejar no momento de impor medo ou estabelecer a punição. Vinuto e Gonçalves (2017), em sua pesquisa sobre efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de Agentes Socioeducadores, trazem que há uma evidente demanda de instrumentalização da virilidade no contexto de alas de internação, onde, coragem, frieza e insensibilidade são vistos como valores positivados.

Ao longo das andanças, foram percebidas falas dos agentes evidenciando fortes distinções no exercício cotidiano de trabalhadores homens e mulheres. Os agentes homens, carregam o estereótipo da força, da virilidade, da coragem. São os que tem capacidade de separar as brigas violentas, de mostrar rispidez com as palavras. As agentes mulheres, são as que devem acolher, devem ser delicadas. São vistas como um problema quando tentam “se masculinizar” com o intuito de competir com a força masculina, sendo colocadas como mais fracas fisicamente. O “ideal” é que se posicionem como a figura da “mãe”, da “avó”.

Uma situação que expressou fortemente esse ponto, foi trazida por uma Agente Socioeducadora ao longo de seu processo de aproximação com os adolescentes nas alas de internação:

A6: dificilmente eu falo alto, é muito raro acontecer. Eu, às vezes tenho mania, eu acho que eu tô me policiando mais, pra não ficar chamando eles de “amorzinho”. Aí eu já tenho que dizer, “não fiquem aí achando que a dona tá se molhando pra vocês, hein”, porque daí eles já pensam, “ai, a dona tá se molhando pra mim”.

Pesquisadora: o que é tá se molhando?

A6: é, tu sabe né, o que significa o termo (risos). Isso há muito tempo atrás existia, agora não existe mais. Mas eu agora brinco com eles também, chamando eles de “imundície”. Uns até tão acostumados, outros não aí ficam até bravos, né. Mas depois eu explico que é uma maneira carinhosa, né, eu chamo todo mundo assim.

Esta fala, traz o atravessamento da questão de gênero pela via da sexualidade e expressa com muita clareza o processo de microgestão que a trabalhadora operou na atividade de modo a enfrentar o real do trabalho. Pelo fato de ser uma agente mulher e ter

dado um adjetivo carinhoso aos adolescentes do sexo masculino, como uma forma de estabelecer o vínculo, ela se viu em uma situação de constrangimento por poderem interpretar que ela estaria se insinuando e, a partir disso, correr perigo. O fato de se “policar”, remete a algo que se pensa, mas não faz. Entretanto, o modo de agir, implicou em outro termo, “imundície”, que possui caráter pejorativo em primeira instância, mas, por ela, foi convertido aos poucos como algo aceitável e também de natureza “carinhosa”. Assim, não há nenhuma “confusão”, não “se abrem brechas” para interpretar de modo errôneo as suas intenções, mantendo a aproximação necessária para se vincular aos jovens. Os agentes seguiram narrando as estratégias:

A6: sabe que pra mim o vínculo é pela via da limpeza. E os guris gostam dessa coisa de limpeza.

A7: é, e é diferente também dos outros colegas que fazem limpeza, ela ensina a limpar e ela limpa junto. Ela tira o tênis, bota o chinelo, arremanga as calça e entra junto na limpeza. A gente ouvia muito, “ah, a dona só faz limpeza”, só que o que ela faz é muito mais eficiente do que qualquer outra coisa que os outros fazem.

A5: é que as pessoas têm um pouco de dificuldade de entender, às vezes, que cada um usa as armas que tem, pra fazer o trabalho, entendeu?

A6: só que eu não faço só limpeza. Eu também exijo disciplina, eu cobro o que tem que cobrar no plantão. Se tiver que levar pro isolamento, eu levo. Se tiver que xingar, eu xingo eles.

É perceptível que os trabalhadores constroem singularmente estratégias de construção do vínculo. O tom que cada Agente Socioeducador dá para a sua atividade e a possibilidade de promover este intercâmbio com os pares é fundamental se tratando da promoção da saúde no e pelo trabalho. Analisar que existem outros possíveis na e pela atividade, que estão além das prescrições, além dos padrões pré-estabelecidos, além da necessidade da disciplina que se faz, muitas vezes, por vias rígidas pelos atos do trabalho e, até mesmo, de reprodução de relações de violência, é um fator importante para fortalecer e instrumentalizar o coletivo frente as adversidades e, assim, produzir uma saúde que se produz pelo cuidado do ofício (CLOT, 2013).

A produção de saúde, nesse sentido, se dá na experiência, na possibilidade de rachar as durezas instituídas e expandir o agir, criando novas relações entre os termos institucionalizados quanto aos modos de realizar o trabalho socioeducativo, no lastro de uma experiência ética. Nas situações de trabalho do dia a dia, enfrentamentos realizados pelos trabalhadores e discussões entre os pares podem possibilitar a expansão do poder de agir, já nas situações com o clínico do trabalho, são geradas circunstâncias nas quais a

posição desta figura estrangeira, cria condições peculiares ao processo analítico. A discussão, a troca, as discordâncias, os intercâmbios, são dispositivos potentes que auxiliam esse processo e, sobretudo, não dependem da presença do especialista. Os próprios trabalhadores podem operar tais ações em seu cotidiano.

Pois bem, se constata que, apesar das durezas institucionais que seguem se inscrevendo no campo da Socioeducação, os trabalhadores encontram modos de enfrentamento perante as surpresas do real. Há certa margem que permite a composição das singularidades para o fortalecimento coletivo, questão que foi colocada em análise junto com os agentes. Entretanto, não se pode negar que há um elemento muito forte que assombra a dinâmica institucional, mesmo frente à criação de novas normas para o trabalho. As estratégias dos trabalhadores ainda carregam, de certa forma, a necessidade de controle, que se mistura ao processo de estabelecimento do vínculo:

A2: existe uma cultura aqui, que tem alguns gurus que nos apoiam na limpeza, né, também pra distribuir as refeições. E, uma brincadeira que nós temos, nós chamamos eles de Cootravipa, que é a empresa de limpeza urbana.
Pesquisadora: como é?

A2: Cootravipa. Eles falam CONTRAvipa, né? Os escolhidos são gurus que tão há mais tempo aqui, são gurus que apresentam um bom comportamento. O critério é a questão da confiança. A gente chama eles como se eles tivessem uma ocorrência disciplinar muito grave. Já saímos chamando a atenção deles, assim. Muitos dos outros gurus caem em prantos, ficam nervosos, enfim, quando eles ficam muito nervosos a gente diz que é um trote.

A6: a gente faz esse trote com eles e depois de tudo a gente diz que foi uma brincadeira, e a gente fala bastante coisas boas, legais pra eles, né, que eles conseguiram a nossa confiança

A2: é, é tipo um ritual de passagem, né. Eles nos provam que merecem a confiança. Eles deixam de fazer parte do grupo dos gurus, e começam a fazer parte do grupo dos agentes.

Diante disso, questionamo-nos: para que serve o vínculo? Aqui, este elemento não se mostra apenas como no estereótipo, onde o vínculo é “bom”. E tal aspecto é fundamental para se analisar junto aos trabalhadores. Nesta esfera, ele também serve como um dispositivo que possui intuito disciplinar. Os próprios marcos legais expressam esse paradoxo, correspondido, em alguma medida, por aqueles que estão na linha de frente junto com o adolescente. Este socioeducando que merece a confiança, é aquele que segue uma linha de docilização, o que obedece às regras da casa e, também, aquele que “se assemelha aos agentes”. Enfrentar o real do trabalho frente ao processo de estabelecimento de vínculos em uma unidade de internação implica, portanto, em vínculo e ordem se entrelaçarem entre si.

Por entre tentativas e arranjos coletivos para o enfrentamento do real

Pensar a questão da violência pela análise do trabalho socioeducativo e pela dinâmica saúde-trabalho que implica constrangimento do agir possibilita-nos olhar para estas circunstâncias coletivamente, como algo que se produz nas relações e no cotidiano. Há uma certa violência que se faz presente nas instâncias do encarceramento, uma dinâmica de violência que não se inscreve nas prescrições oficiais, mas que pode se reproduzir nos modos como se criam as estratégias de trabalho imiscuindo-se nas microgestões cotidianas, nos modos de operar, no exercício do trabalho socioeducativo, por isso, é fundamental a produção da análise coletiva.

As peculiaridades do exercício dos Agentes Socioeducadores, envoltas em meio às tensões educar-punir-vigiar, podem levá-los a determinados arranjos que podem, inclusive, passar pela naturalização de modos violentos de operar:

A2: quando o bicho pega mesmo, assim, via de regra, é a minha voz que fala mais alto no corredor, né? Na hora que eles tão patifando, se escuta até lá da outra ala. Daí é aquela imposição e eles entendem, entendeu?

A6: mas aqui a gente não gosta de gritos na ala, não tem esse costume, a não ser que tenha algo grave acontecendo.

A2: é, é um grito, é uma coisa meio, falar alto, forte, né. “Senhores! O que que tá acontecendo senhores?! Vocês vão atrapalhar tudo no final, senhores?!”. E é sempre assim, “senhores, com licença, boa noite”.

A6: é, a gente tem o costume dos pronomes de tratamento. Às vezes, até na forma de xingar eles, a gente tenta ser educado.

A2: é eu não gosto de palavrão.

Nesse diálogo, se percebe o surgimento de um debate de valores (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) que leva em conta dois modos distintos de operar. O agente homem traz em sua fala sobre a necessidade de gritar quando “o bicho pega” como forma de manter a ordem dentro das alas. Na sequência, é interpelado pela colega agente, uma senhora que já atua há mais tempo na Fundação, onde ela confronta, “*mas aqui a gente não gosta de gritos*”, o que o leva a amenizar o tom e a “voltar atrás”. Se constata, nesse diálogo, tímidas nuances da instauração de um conflito, que se seguisse, poderia levá-los mais a fundo no processo de problematização dos ditos modos violentos (ou não) de operar (com gritos ou sem) e, assim, chegarem ao plano analítico visando a produção de algum efeito nas ações concretas. Todavia, a fala seguinte não permitiu que a discordância (uma das principais fontes do coletivo para deslocar o pensamento), se instaurasse:

Eu falei um pouquinho ali da dona, mas, falando do seu, sabe, eu acho que ele tem uma serenidade pra trabalhar, pra encarar as coisas, e essa serenidade ele consegue passar pros guris. E não só pros guris, mas eu acho que pros colegas também, sabe? Eu já falei pra ele, o plantão é outro quando ele tá de férias, porque parece que ele acalma todo mundo (A5).

Essa sequência na discussão aparece, em suma, com o intuito de mediar a situação que estava tomando contornos contrastados, impedindo a colocação do problema que poderia levar à análise minuciosa da atividade. As pesquisadoras também se perderam por entre a mediação e não colaboraram para que a discussão durasse, deixando os diálogos seguirem o seu fluxo. Porém, analisando o fato mais tarde, se deram conta de que uma instigante questão se colocava de forma cada vez mais evidente nos encontros coletivos: a necessidade de apaziguamento entre os pares.

Desde que os grupos iniciaram, os agentes se mostravam demasiadamente cautelosos para manifestar as feitura cotidianas, bem como, para se dirigir aos pares. Em muitas ocasiões, elogios eram direcionados de um colega para outro, entre os componentes de um mesmo turno, ao mesmo tempo, evidenciando um grande esforço para que o conflito não se colocasse. A análise do trabalho como atividade na medida socioeducativa de internação, nos leva a vislumbrar a importância de criar possibilidades de problematização das práticas e dos efeitos dos atos em situação de trabalho e nas peculiaridades que comparecem no âmbito do regime fechado, algumas vezes, marcadas por reprodução de violência.

Haveria aí o receio por parte dos trabalhadores em abalar esta estrutura tão enraizada institucionalmente no âmbito do encarceramento? Trazer à tona que a violência, seja de ordem física, psicológica e/ou moral se manifesta entre os diversos operadores (socioeducandos, agentes, chefias, setores) acontece de fato pode “bagunçar as lógicas naturalizadas”? A forte necessidade de apaziguar em meio às durezas institucionais constrange o movimento de reviver o trabalho enquanto ofício, que precisa ser contado, falado, para que não se cristalize e, a partir disso, se possa criar outros possíveis na e pela atividade.

Um outro aspecto de análise e que se faz demasiadamente presente na rotina laboral dos Agentes Socioeducadores é o seguimento de “rotinas”, denominação que é dada para as etapas de determinados processos como, por exemplo, a hora de levar os adolescentes ao banheiro, refeições, aulas, pátio, atendimentos, audiências, visitas, etc.

Há uma série de protocolos que devem ser seguidos através de regimentos que dão determinadas direções “do que fazer” em cada uma dessas tarefas.

Em uma das discussões do grupo, os agentes levantaram uma problemática bastante pertinente a ser analisada em relação às ditas rotinas. Os trabalhadores as classificam como sendo bastante rígidas, a ponto de, muitas vezes, engessar o trabalho e o modo como se sentem frente a determinados acontecimentos.

A1: tem uma rotina pra cumprir e tem que ser cumprida, não importa o que aconteça.

A4: é, se um guri morrer aqui dentro, o lanche tem que ser dado na hora. Tá passando o corpo e tão servindo o lanche.

A1: mesmo que um colega seja morto aqui, a janta tem que ser servida às sete horas da noite.

Um trabalhador contrapõe as colegas mulheres que se manifestaram anteriormente, justificando a rotina com tons de racionalização: *“Mas isso daí se cria porque, tem assim também, tem uma lógica pra isso daí, entendeu? Se não acontece a rotina, os gurus se agitam”* (A6).

O Agente Socioeducador retoma a necessidade da dureza das rotinas às colegas, pois, este processo é o que “segura a casa” dentro dos moldes do controle. Quando *“os gurus se agitam”*, esse controle, necessário para manter os corpos docilizados, se perde, o que contraria, em certa medida, a lógica institucional que precisa ser sustentada pelos agentes.

Quando mencionamos em capítulos anteriores as vozes de trabalhadores que expressavam *“aqui dentro eu não trabalho”*, indicando que *“na Socioeducação não se trabalha faz tempo”*, há um apelo carregado nessas falas no sentido de que se vê dificuldade em produzir renormatizações em meio a protocolos tão enrijecidos. Há algo que se produz, institucionalmente na política socioeducativa que faz problema no ato concreto do trabalhar, que expressa um paradoxo: ao mesmo tempo em que os trabalhadores fazem uso da rotina como dispositivo disciplinar para manutenção de certa ordem (fundamental para o sucesso pedagógico, conforme documentos oficiais como SINASE e PEMSEIS), também há o efeito no cotidiano laboral de quem atua dentro das unidades de internação, que se vê, por vezes, preso às durezas da rotina, não encontrando, em certas ocasiões, espaço para se desprender de prescrições formais, para a criação de novas normas. Há, portanto, um processo de constrangimento, uma despotencialização no que tange ao poder de agir.

A8: só que assim, tem vezes que tu tem que agir, não tá escrito em lugar nenhum. Como é que tu vai saber o que tem que fazer? Porque toda situação é diferente, nenhuma é igual. Então, tem vezes que tu não tem como descrever, “oh, primeiro faz isso, depois tu faz isso, depois faz aquilo”, não tem como, isso não tá escrito. E é aí que a gente tem que agir, entendeu?

“*A gente tem que agir*”. A fala da trabalhadora nos convida a revisitarmos a questão do poder de agir, um conceito que vai além do “fazer coisas”. Agir implica em acolher as diversas dimensões que abarcam o plano real do trabalho, conforme nos pontua Clot (2006). Agir acolhe o que se faz, o que se deixa de fazer, o que se faz para não fazer, o que se pensa, o que sai fora da expectativa, os erros, etc. Rememoramos esse ponto fundamental para trazer que quando os Agentes Socioeducadores trazem que “*tem que agir*”, que “*aqui se age no instinto*”, estão, de certo modo, expressando que, apesar do cotidiano duro e rotineiro, há margem para o agir, para resistir às capturas, ao que tenta enclausurá-los mesmo já habitando o encarceramento. Os impedimentos também podem convocá-los a produzir coisas outras no e pelo trabalho, a agir, mesmo frente aos desconfortos e às surpresas do real.

Quando os trabalhadores encontram espaço para fazer a manutenção do patrimônio genérico que fabricam coletivamente na experiência do trabalhar através do diálogo e da criação de um plano analítico, eles cuidam do trabalho, o raio de ação amplia frente às surpresas do real, fazendo com que se sintam amparados ao correr os riscos da gestão apostando em novos modos de fazer. É fundamental que um coletivo esteja fortalecido frente a elaboração de novas estratégias, pois, esse movimento, mexe com as estruturas, “abala” os poderes. Se ver sozinho para enfrentar forças tão endurecidas é se ver diante de um curto caminho para o sofrimento.

Sobre Criar e Perdurar Aberturas em Regime Fechado

A pesquisa no âmbito da Socioeducação, possibilitou que se cartografasse os movimentos, os processos e a atividade de trabalho em uma unidade de internação que compõe a FASE-RS. Uma pesquisa que, inclusive, se fez enquanto atividade, se deparando com os ineditismos do real do trabalho frente ao exercício de pesquisar-cartografar, passando por inúmeros processos, andanças, aprendizados, aberturas, sentimentos, movimentações, reformulações.

O brotar do primeiro gérmen que nos impulsionou a construir a problemática se referia às complexidades do exercício do Agente Socioeducador, que se vê,

constantemente, engendrado em meio às tensões educar-punir-vigiar. Nesse sentido, a questão que nos intrigava era em relação ao poder de agir, em como os trabalhadores ampliam o poder de agir em um contexto que aprisiona, percebendo-se, muitas vezes, presos a práticas protocolares, rotineiras, enrijecidas, que constroem o agir do outro.

O curso do pesquisar nos levou a caminhar lado a lado e a nos apropriarmos *com* os componentes que constroem este cenário, acerca das peculiaridades da esfera socioeducativa. Andanças que, sutilmente, produziam aberturas, mesmo frente às durezas do regime fechado, do encarceramento.

Desde os primeiros movimentos ao adentrarmos o espaço físico da FASE-RS, os trabalhadores foram imensamente receptivos, principalmente, por se sentirem abrangidos em uma pesquisa que tem enquanto temática o “trabalho”. Essa questão, demonstrou a primeira abertura para a produção de um *ethos* da confiança, aspecto bastante delicado frente a um coletivo fragilizado, em um contexto onde “rondam o perigo e, conseqüentemente, as paranoias”. Uma confiança que não viria de antemão, mas seria construída ao longo da experiência, conforme o território existencial fosse sendo habitado.

As andanças em regime fechado foram expressando, a cada passo dado, a pluralidade e complexidade do exercício de socioeducar que se vê, muitas vezes, engendrado nas tramas dos regimentos oficiais. Os trabalhadores em seu exercício vivenciam dramáticas frente às rotinas endurecidas, fazendo ecoar muitas vozes que manifestam e indagam “*onde reside o trabalho na Socioeducação?*”.

O estabelecimento dos espaços coletivos foi desafiador inicialmente no sentido de tensionar a concepção de saúde que rondava a unidade e o entendimento dos trabalhadores, reduzindo tal questão a uma perspectiva higienista e individualizante. Se tinha uma clara ideia que a pesquisa vinha para caçar as desordens psíquicas oriundas de um “contexto que adoecer” e que precisariam ser extintas, reduzindo os trabalhadores a uma condição de passividade frente aos problemas do trabalho.

Entretanto, valiosas oportunidades se construíram ao longo da experiência de pesquisa-intervenção em função de conseguirmos compor com os trabalhadores, ampliando e produzindo saúde através da análise da experiência concreta, do diálogo e do exercício de problematizações entre os pares. Tais movimentos foram se apresentando enquanto fundamentais para produzir resistências na e pela atividade e para o fortalecimento coletivo. Juntos, produzimos uma torção na direção de cuidar do trabalho,

do ofício, do patrimônio genérico fabricado coletivamente na experiência do trabalhar, para que, a partir disso, se possa cuidar dos trabalhadores (CLOT, 2013).

Esta pesquisa-intervenção-cartografia, não teve pretensão de ser tomada enquanto um “fim”, mas, sobretudo, como um meio capaz de lançar a novas experiências, a novos caminhos, a novos processos inventivos, à criação, mesmo diante daquilo que tenta enclausurar, amputar, constranger o agir. A análise produzida ajuda a conduzir a ideia de que produzir saúde na direção do cuidado do ofício é muito potente no que tange ao enfrentamento dos elementos que envolvem a complexa dinâmica de expansão do poder de agir como condição para a saúde no e pelo trabalho e a contingência de um ofício que, ao mesmo tempo, implica em certo constrangimento do poder de ação do outro, tal como ocorre na Socioeducação. Cuidar do ofício, portanto, é um caminho para produzir e perdurar aberturas, aberturas éticas pela expansão do poder de agir.

CREATING OPENINGS IN CLOSED REGIME: PATHS BETWEEN WORK AS AN ACTIVITY IN THE FIELD OF SOCIO-EDUCATION

Abstract

The research we covered in this article aimed at the production of clinical questions of the work with Socioeducational Agents, problematizing the expansion of the power to act amid the tensions to educate / punish / monitor characteristics of the exercise in this field. We are supported by the Clinic of Activity and Ergology. Such perspectives affirm that working implies managing the distance between what is prescribed and what is real, seeking to analyze how workers perform micro-management of work processes on a daily basis through unpredictability and the ways in which they experience work, producing transformations through relationships between themselves and the world. The methodology operated by cartographic research-intervention, using field diaries, observations, document analysis, monitoring of concrete work situations, formation of collective spaces with workers and Instruction to the Double. The analyzes allowed to explore peculiarities of the dynamic expansion-constraint of the power to act in the work of Socioeducation, arguing that taking care of health by taking care of the work opens up perspectives for the establishment of ethical relationships between the expansion of the power to act in socio-educational work.

Keywords: Work as an Activity; Socio-education; Power to Act.

CREANDO ABERTURAS EN REGIME CERRADO: CAMINOS ENTRE EL TRABAJO COMO ACTIVIDAD EN EL ÁMBITO DE LA SOCIOEDUCACIÓN

Resumen

Esta investigación que cubrimos en este artículo tuvo como objetivo la producción de preguntas clínicas del trabajo con Agentes Socioeducativos, problematizando la expansión del poder de actuar en medio de las tensiones para educar / sancionar / monitorear características del ejercicio en este campo. Nos avala la Clínica de Actividad y Ergología. Tales perspectivas afirman que trabajar implica gestionar la distancia entre lo prescrito y lo real, buscando analizar cómo los trabajadores realizan la microgestión de los procesos de trabajo en el día a día a través de la imprevisibilidad y las formas en que viven el trabajo, produciendo transformaciones a través de las relaciones entre ellos mismos y el mundo. La metodología operada por investigación-intervención cartográfica, utilizando diarios de campo, observaciones, análisis documental, seguimiento de situaciones concretas de trabajo, formación de espacios colectivos con trabajadores e Instrucción a Sósia. Los análisis permitieron explorar peculiaridades de la dinámica expansión-constreñimiento del poder de actuar en el trabajo de Socioeducación, argumentando que cuidar la salud cuidando el trabajo abre perspectivas para el establecimiento de relaciones éticas entre la expansión del poder de actuar en el trabajo socioeducativo.

Palabras-clave: Trabajo como Actividad; Socioeducación; Poder para actuar.

Referências

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Revista Polis e Psique**, v. 2, n. 2, p. 3, 2012.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Projeto de Lei Nº 1.627 de 2007 Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, junho de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y. Entrevista. **Mosaico**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 65-70, 2008.

CLOT, Yves. **Trabalho e Poder de Agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y, O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. SPE, p. 1–11, 2013.

- CRAIDY, Maria Carmem. Educação. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. Medida socioeducativa entre a e z. Evangraf: Porto Alegre, 2014.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v.4. 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Lígia M. P. Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1977.
- OSÓRIO-DA-SILVA, C.; ZAMBONI, J. BARROS, M.E.B. A presente ação: uma introdução. In: OSÓRIO-DA-SILVA, C.; ZAMBONI, J. BARROS, M.E.B. **Clínicas do trabalho e análise institucional**. Rio de Janeiro, Nova Aliança. p. 23-37, 2016.
- PONZI, Carolina Tombini; GONÇALVES, Samantha Luchese. Internação. Em: LAZZAROTTO, Gislei Domingos Romanzini et al. Medida socioeducativa entre a e z. Evangraf: Porto Alegre, 2014.
- REVEL, Judith. Entre determinismo e liberdade: a construção do comum como novo universal. **Revista Lugar Comum**, p. 35-36, 2012a.
- RIO GRANDE DO SUL (BRAZIL). **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul, PEMSEIS**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, 2002.
- SCHWARTZ, Yves. **Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique**. Paris: PUF, 1998.
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. Trabalho e Uso de Si. Em: Schwartz, Y. & Durrive, L. (Org.). Trabalho e Ergologia. **Conversas sobre a atividade humana**. Niterói: UFF, 2007.
- SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um ergoengajamento. Em: Bendassolli, P. & Soboll, L. A. P. (Org.). **Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. Editora Atlas: São Paulo, 2011.
- SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva?. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2015.
- VASCONCELOS TEIXEIRA, Danielle; BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. Clínica da atividade e cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, 2009.
- VINUTO, Juliana; DE OLIVEIRA ABREO, Leandro; GONÇALVES, Hebe Signorini. No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. **plural**, v. 24, n. 1, p. 54-77, 2017.

Sobre as autoras:**Fernanda Spanier Amador**

Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do n-pista(s) – Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise (s). Endereço para correspondência: feamador@uol.com.br

Veronica Dalla Costa Flores

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço para correspondência: veronicadcflors91@gmail.com

Recebido em: 01.12.2020

Aceito em: 12.07.2024